



*Prefeitura Municipal de Guaranésia*  
MINAS GERAIS

**Contrato nº. 071/2016**  
**Processo Licitatório nº. 026/2016**  
**Dispensa n.º 007/2016**

**Contrato de prestação de serviço de obra de reforma para melhoria habitacional no domicílio da senhora Lázara Aparecida dos Reis de Souza Barbosa, conforme o 4º Termo Aditivo do Convênio nº 327/2012 entre a SEDESE - Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais e o Município de Guaranésia, que entre si celebram o Município de Guaranésia e a empresa JONAS DONIZETE DE ABREU-007.113.216-39.**

O **MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA**, Estado de Minas Gerais, ente de direito público, inscrito no CNPJ nº. 17.900.473/0001-48, com sede na Praça Rui Barbosa, 40, Centro, Guaranésia/MG, CEP 37810-000, neste ato representado pelo Senhor Prefeito, João Carlos Minchillo, Gestão Administrativa 2013/2016, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Júlio Tavares, nº. 1.131, nesta cidade, portador do CPF/MF nº 012.582.906-00; o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, com sede na Av. Deputado Humberto de Almeida, nº 85, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 13.446.904/0001-97, neste ato representado pela Gestora Senhora Regina Aparecida Marques Pereira, portadora do CPF/MF nº 962.571.806-00 e RG nº 24.531.905-0 – SSP/SP, e o **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO**, representado pelo engenheiro civil Álvaro Freitas Silva, portador do CREA nº 33.103/D, e, do outro lado, **JONAS DONIZETE DE ABREU 007.113.216-39**, residente e domiciliado na Rua Mario da Silva Pedroso, nº 151, Morada do Sol, Guaranésia/MG, portador do RG n.º M-7.203.235 SSP/MG e do CPF n.º 007.113.216-39, firmam o presente contrato nos termos constantes da Lei 8.666/93, nas seguintes condições:

**1. DO OBJETO.** Constitui objeto deste a prestação de serviço de obra de reforma para melhoria habitacional no domicílio da senhora Lázara Aparecida dos Reis de Souza Barbosa, conforme o 4º Termo Aditivo do Convênio nº 327/2012 entre a SEDESE - Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais e o Município de Guaranésia, conforme condições constantes no Anexo I do edital, apenso a este instrumento.

**2. DO PRAZO DE EXECUÇÃO.**

2.1. O objeto desta Tomada de Preços deverá ser executado no prazo de 01 (um) mês, contados a partir da data de autorização para o início da obra, expedida após a publicação deste instrumento, podendo ser prorrogado pela Administração, conforme art. 57 da Lei 8.666/93, caso ocorra os motivos descritos no §1º.



*Prefeitura Municipal de Guaraniésia*  
MINAS GERAIS

**3. DO VALOR DO CONTRATO.** O valor total do presente contrato é de **R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais)**, incluindo todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste contrato.

**4. PAGAMENTO.** O pagamento do valor devido, conforme proposta da contratada será efetuado pelo Município, obedecendo ao estabelecido no Projeto Executivo, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Medição, após a prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal de Serviço pela contratada, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela Administração do Município.

4.1. Deverá ser anexado a cada Nota Fiscal de Serviço o Certificado de regularidade **perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, emitido pela Caixa Econômica Federal, a **Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil e Contribuições Sociais** e a **GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social** relativa ao CEI da obra.

**5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.** A despesa referente à execução do objeto desse certame correrá à conta de recursos orçamentários na rubrica: Manut. Ativ. Fundo Mun. Assistência Social – Outros Serviços Pessoa Jurídica - 02.91.01.08.122.0052.2.088/ 3.3.90.39.99-558.

**6. DO REAJUSTE.** O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irrevogável, salvo nos casos previstos em Lei.

**7. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.** O Município obriga-se a:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

b) efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas cláusulas terceira, quarta e quinta do presente contrato, dos serviços efetivamente executados.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.** A contratada obriga-se a:

a) prestar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações e obrigações discriminadas no Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo, Cronograma Físico-Financeiro e Anexos ao Edital;

b) assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da prestação dos serviços, necessários à boa e perfeita execução do objeto deste contrato;

c) responsabilizar-se por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente contrato;

d) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e



*Prefeitura Municipal de Guaraniésia*  
MINAS GERAIS

qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

e) não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévia anuência do Município;

f) comprovar, a cada nota emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

**9. DAS PENALIDADES.** Por força do presente contrato e nos termos da legislação aplicável, é a contratada responsável pelo fiel cumprimento do que for neste termo estipulado, obrigando-se a responder por todos os prejuízos que causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou através de seus empregados e/ou prepostos.

9.1. A contratada será também a exclusiva responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações trabalhista, social, fiscal, securitária e previdenciária, assim como por todos os custos relativos a material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o Município poderá aplicar à contratada, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

9.2. A contratada ficará sujeita, em caso de atraso na execução dos serviços, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total dos serviços, por dia útil excedente do prazo estabelecido.

9.3. Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

**10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.** Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº. 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

**11. DAS ALTERAÇÕES.** O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666/93, ressalvados os limites e as vedações legais.

**12. DA VIGÊNCIA.** O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, contados a partir da emissão do memorando de autorização a ser expedido pelo Departamento Municipal de Obras e Urbanismo, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, com a redação da legislação posterior, nas



*Prefeitura Municipal de Guaraniésia*  
MINAS GERAIS

mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

12.1. Ocorrendo atraso na execução dos serviços, por culpa da contratada, será aplicada à mesma multa moratória, conforme § 2º. da cláusula oitava deste contrato.

**13. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévia e expressa autorização do Município e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

13.1. O Cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do Cedente.

**14. DA RESCISÃO.** O Município, independente de qualquer indenização, poderá rescindir o contrato, administrativa ou amigavelmente, na forma da lei.

14.1. Ficará o presente contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) atraso injustificado na execução dos serviços contratados;
- b) paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;
- c) subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente contrato;
- d) desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como a de seus superiores;
- e) cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato, anotados na forma da cláusula terceira;
- f) decretação de falência;
- g) dissolução da empresa;
- h) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste contrato;
- i) protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da contratada;
- j) razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste contrato.

14.2. A declaração de rescisão deste contrato, em todos os casos em que ela é admitida, será sempre feita independentemente de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operará seus efeitos a partir da publicação.

14.3. Na hipótese de decretação de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, ficará a contratada sujeita a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo, ainda, da retenção de créditos, da reposição de importâncias indevidamente recebidas e das perdas e danos que forem apurados, cuja cobrança se fará judicialmente.

14.4. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à



*Prefeitura Municipal de Guaranésia*  
MINAS GERAIS

contratada, inclusive perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a contratada tenha em face do Município, serão inscritas em dívida ativa não tributária, com o posterior ajuizamento de execução.

**15. DA PUBLICIDADE.** O extrato do presente contrato será publicado na imprensa oficial do Município, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**16. DO FORO.** O foro competente será o desta Comarca de Guaranésia, Estado de Minas Gerais, para dirimir qualquer questão relativa ao presente contrato.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Guaranésia, 06 de julho de 2016

**João Carlos Minchillo**  
**Prefeito Municipal**

**Regina Aparecida Marques Pereira**  
**Fundo Municipal de Assistência Social**

**Álvaro Freitas Silva**  
**CREA nº. 33.103/D**  
**Departamento Municipal de Obras e Urbanismo**

**Jonas Donizete de Abreu**  
**Contratado**